

# **As relações de poder que permearam a trajetória dos Cavaleiros Templários na Península Ibérica (1120 – 1320)**

Flávio Rodrigues Andrade

Mestrando em História Ibérica pela Unifal – Câmpus Alfenas-MG

## **RESUMO**

A pesquisa aqui em questão aborda os caminhos percorridos pelos Cavaleiros Templários na Península Ibérica enfatizando o reino de Portugal e focando as relações de poder hierarquicamente estabelecidas envolvendo a igreja, reis e a Ordem Templária dentro do contexto Ibérico. Falaremos sobre a formação do reino português e seu desenvolvimento ao longo do tempo e sobre a importância que teve os Cavaleiros Templários nesse processo, ampliando nossos conhecimentos no tocante à Ordem Templária desde sua origem até a sua extinção, averiguando sua importância na formação, reconquista e defesa dos territórios do reino português. Na presente pesquisa, buscaremos compreender e esclarecer as relações de poder estabelecidas entre a Ordem do Templo, Igreja e os reis da Península Ibérica visando descobrir os motivos que levaram à extinção da Ordem, que teve seus momentos decisivos entre doze de outubro de 1307 e abril de 1312 levando os Cavaleiros do Templo à fogueira, às prisões e à tortura.

**Palavras-chave:** Cavaleiros Templários. Península Ibérica. Portugal.

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa faz uma abordagem histórica sobre a Ordem Templária que vai desde a origem até a sua extinção. É surpreendente o quanto esta Ordem religioso-militar se tornou poderosa ao longo de aproximados dois séculos de sua existência. A bravura de seus cavaleiros e a devoção a Deus, a forma de organização e administração dessa instituição foi muito eficiente, tanto que, apesar dos contratemplos no Oriente Médio ela se tornou muito rica e poderosa tanto nos âmbitos militar e econômico como também no político.

Na península Ibérica, os Templários ajudaram muito na formação do reino português e no seu processo de independência frente ao reino de Leão e Castela, reconquistando territórios cristãos e apropriando-se das riquezas dos muçulmanos a cada território conquistado, contribuindo para a expansão das monarquias cristãs. Os Templários foram sem dúvida, importantes aliados dos reis ibéricos e foram muito bem recompensados por isso.

Sempre apoiada pela Igreja, sobretudo pelos Papas, a Ordem do Templo acumulou muitas conquistas militares e teve como consequência o acúmulo de riqueza em demasia. Contudo, no início do século XIV, o rei da França Felipe IV, o Belo, passando por grave crise

econômica, devido aos conflitos com a Inglaterra, arma uma estratégia juntamente com o Papa Clemente V para destruir a Ordem Templária e apoderar-se dos seus bens. Felipe, o Belo, acusou os Templários de cometerem heresias e os levou ao tribunal da inquisição causando a destruição da Ordem do Templo.

## **1. A ORIGEM DA ORDEM DOS “POBRES CAVALEIROS DE CRISTO E DO TEMPLO DE SALOMÃO”**

A primeira cruzada foi realizada em terras orientais, dando início a várias outras, no Oriente e no Ocidente, sob um contexto de fé popular que contagiou toda Europa, a fervorosa fé cristã que aglutinava pessoas simples e também as mais intelectualizadas. Os nobres se dirigiam à Terra Santa se lançando em combate, como foram os casos de Gunter di Bamberga e Guglielmo d’Angoulême. Muitos deles abriam mão de seus bens, tendo em vista a possibilidade de que poderiam morrer; mas, em contrapartida, havia a probabilidade da graça de serem enterrados ao lado do Santo Sepulcro. Entre os dois nobres citados, estava Hugo de Payens que comandava o feudo vizinho de Troyes, um corajoso guerreiro que fez votos de fé ligando para sempre seu destino à Jerusalém.

As expedições da primeira cruzada foram comandadas pelos grandes senhores feudais com recursos próprios. Tais guerreiros chegavam à Palestina por terra ou pelo oceano. No dia 15 de julho de 1099 ocorreu a conquista da grande fortaleza de Jerusalém pelos cruzados em uma batalha sangrenta que culminou na morte de aproximadamente setenta mil pessoas e que teve duração de três dias. No entorno do ano de 1100, os reinos cristãos já se formavam.

A participação vitoriosa de Hugo de Payens na primeira cruzada em 1099, o inspirou na criação de um grupo de cavaleiros destinados à proteção dos peregrinos. Inicialmente, três homens foram essencialmente importantes para a formação de um pequeno grupo de cavaleiros que dele derivou na mais gloriosa e mais sangrenta das Ordens religioso-militares que já existiu; a Ordem Templária.

Mesmo com a conquista cristã e a formação dos reinos cristãos, as emboscadas e massacres realizados pelos muçulmanos aos peregrinos aconteciam constantemente. Por volta de 1119 ocorreu novamente um violento massacre aos cristãos perto do Jordão que repercutiu na Europa nas Crônicas de Alberto de Aix. Na cidade de Nablus em 1120 foi realizada uma assembléia que reuniu os chefes cristãos, onde assuntos referentes à defesa do reino de Jerusalém foram enfatizados.

“Naquele ano, Balduíno II lançou um novo apelo à sociedade cristã, ressaltando que a Terra Santa necessitava de uma estrutura capaz de assegurar um efetivo serviço de polícia”. (FRALE, 2005, p. 26). O reino possuía seu exército, mas precisava dele para garantir a defesa da Terra Santa, dispersá-lo e afastá-lo do Santo-sepulcro seria enfraquecê-lo tornando Jerusalém vulnerável aos ataques dos Sarracenos.

Desde 1118, o ex-combatente da primeira cruzada Hugo de Payens e outro cavaleiro chamado Godofredo de Saint-Omer decidem, então, criar uma Ordem militar e religiosa. Surge então na Palestina, entre 1118-1119, a “Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo”.

Conforme Silva, “alguns meses depois, juntaram-se a eles outros cavaleiros: Geoffroy Bisot, Payen de Montdidier, Archambaud de Saint-Aignan, André de Montbard (tio de São Bernardo), Gondemar e Jaques de Rossal” (2001, p. 13). É bem provável que o cavaleiro que resta aqui para compor os nove seja Hugues Rigaud de acordo com Cuesta (2009), visto que Hugo de Champagne se torna um cavaleiro Templário somente em 1126 quando retorna à Terra Santa.

O grupo de cavaleiros organizou-se como ordem religiosa jurando proteger as estradas e demais caminhos que levavam aos territórios santos, porque muitos peregrinos haviam sido atacados por muçulmanos em emboscadas e mortos. Também juraram abandonar a vida mundana fazendo votos de castidade, pobreza e obediência para que estivessem extremamente focados em seus propósitos e assim lutarem com a mente pura em nome de Deus e do legítimo rei.

Os próprios Cavaleiros Templários se denominavam e se reconheciam como os “Pobres Cavaleiros de Cristo do Templo de Salomão”. Mas, para os planos de Balduíno II, não havia como a Ordem Templária ser pobre e muito menos ter um número insignificante de cavaleiros. Para proteger os peregrinos e os reinos cristãos um minúsculo grupo de cavaleiros com certeza seria exterminado nos confrontos iniciais ou se não, no primeiro.

Para enfrentarem os ataques de muçulmanos aos cristãos nos caminhos de peregrinação e os poderosos exércitos dos reis muçulmanos na luta entre os reinos, era preciso uma organização militar que suportasse os fortes ataques e os intensos combates que foram travados na época como a história nos mostra. A manutenção desta infraestrutura militar sem dúvida não custaria pouco em termos econômicos e Balduíno II sabia disso.

Os combates eram realizados a cavalo, os cavaleiros usavam armaduras pesadas, espadas e também tinham suas despesas pessoais, precisavam de alimentação e vestimentas, por exemplo. As nomenclaturas Ordem do Templo, Cavaleiros Templários e Ordem Templária, entre outras, derivam do fato de os nove primeiros cavaleiros terem fixado

residência em uma parte do antigo Templo de Salomão mediante doação do rei de Jerusalém, Balduíno II, em 1120, concedendo-lhes parte do palácio real que estava em construção, ao reconhecer a utilidade que eles teriam ao reino e aos cristãos. Os cavaleiros iriam proteger os peregrinos que percorriam o caminho da cidade de Jafa a Jerusalém.

Posteriormente, o número de cavaleiros aumenta com a chegada de 12 monges. Desse momento em diante houve a ampliação gradativa da Ordem em número de guerreiros. O reconhecimento oficial da Ordem, solicitado anteriormente como Milícia de Cristo, ocorreu no Concílio de Troyes em 1128, como *A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão*, contendo as regras militares e religiosas elaboradas por Bernardo de Claraval. Ela foi a primeira Ordem religioso-militar medieval a existir, passando de uma organização clandestina para uma instituição reconhecida e amparada pela Igreja Católica.

Na Península Ibérica especificamente no período da reconquista (XI-XV), as ordens militares e ordens de cavalaria foram fundamentais para a recuperação dos territórios usurpados pelos muçulmanos. Mas, é importante observar com Demurger que “devemos tomar cuidado com a confusão: ordem militar não é equivalente de ordem de cavalaria”. (2002, p.9). A expressão “ordem de cavalaria” é característica das sociedades ocidentais no século XI devido ao surgimento das cruzadas e à cavalaria ter se tornado não só um meio de transporte, mas um grande instrumento militar aos exércitos, no que se refere ao aumento do potencial de combate.

A Ordem Militar do Templo surgiu no oriente como sendo uma ordem religioso-militar; depois é que se instala no ocidente. Em se tratando da nomenclatura, assim como os hospitalários e teutônicos, é associada às ordens de cavalaria leigas criadas pelos príncipes ocidentais, por combaterem em cavalos. Se servindo da cavalaria, passou a ser vista sob uma ótica cavalheiresca, porém os costumes e os princípios entre as ordens religioso-militares e as ordens de cavalaria leigas são bem distintos.

O patrono e tutor da Ordem do Templo de Salomão, o Abade Bernardo de Claraval, conhecia muito bem as características habituais das ordens de cavalarias leigas, pois nasceu em uma. As ordens religiosas viviam sob plena devoção a Deus, doutrinas e regras religiosa conservadoras da igreja católica, agiam em nome de Deus e não em causa própria, pelo menos isso era o que a igreja pregava e esperava de seus cavaleiros.

O Abade tinha consciência de que dificilmente seria possível conciliar as cavalarias leigas com as ordens religioso-militares. Os homens das cavalarias leigas, na sua visão, eram arrogantes, apreciavam o luxo e a ostentação, eram violentos e compatíveis com a

mentalidade da aristocracia guerreira, que via como maior mérito de um cavaleiro a coragem, pois exaltava o combate pelo combate.

## **2. OS TEMPLÁRIOS NA PENÍNSULA IBÉRICA**

Referindo agora à Península Ibérica sob a ótica cristã, muitas regiões precisaram de apoio militar dos Templários, como foi a região do Mondego no flanco Sul desde 1116. Devido às invasões dos almorávidas, essa localidade necessitava de interferência militar para a reconquista dos territórios cristãos ocupados pelos muçulmanos. Os Templários, os portugueses e os castelhanos queriam unir forças na luta contra os muçulmanos.

Os Templários chegaram à Península Ibérica em 1126 e se instalaram de maneira provisória na região do Minho. Porém, anteriormente a essa data, há indícios da presença de Freires Templários e o registro de algumas poucas propriedades pertencentes à Ordem do Templo, por volta de 1122-1123.

Em 1127, D. Tereza regente do trono português se torna viúva e passa a governar o Condado Portucalense doando a vila de Fonte Arcada à Ordem do Templo, e, em 1128, no dia 19 de março, doa também o castelo de Soure e as terras entre Coimbra e Leiria. As doações atenderam ao pedido de aliança realizado pelo cavaleiro Raimundo Bernardo e foram importantes para fortalecer a Ordem do Templo no reino português, sobretudo porque as localidades doadas eram consideradas pontos estratégicos de combate.

Em 1130, Raimundo III de Barcelona se engaja na Ordem e junto com ele o castelo de Oranera, mas as doações não pararam por aí. Logo após a junção dos bens de Raimundo III, veio a polêmica doação do rei Afonso em 1131.

Quanto ao rei Afonso de Castela e Aragão, quis inclusive doar, por testamento, um terço do seu reino aos templários. Elevaram-se protestos e o testamento acabou por ser anulado, mas a Ordem foi indenizada apesar de tudo, com a atribuição das fortalezas de Curbin, Montjoye, Calamera, Monzon e Remolina. (LAMY, 1996, s/p.).

O auxílio dos Templários no processo de reconquista dos territórios cristãos contribuiu bastante para o reconhecimento de Afonso Henriques filho e sucessor de D. Tereza ao trono como rei por Afonso VII de Leão e Castela e na emancipação política dos Portucalenses. O fato de Afonso Henriques ter êxito como guerreiro e conquistador foi fundamental para que isso ocorresse.

Por causa dos Templários terem tido grande participação na reconquista dos territórios cristãos, Afonso Henriques cumpriu a promessa que havia feito a Bernardo de Claraval, qual seja, a de construir um mosteiro como recompensa. Após as conquistas de Santarém no dia 15 de março em 1147 e também Lisboa no dia 24 de outubro deste mesmo ano, ele constrói o mosteiro de Alcobaça.

A Ordem do Templo expandia-se rapidamente em consequência de seu grande potencial militar e econômico. Outras pequenas Ordens militares que foram criadas em Aragão e Castela integravam-se a do Templo como foi o caso da Ordem de Montreal e nesses casos ocorre também à junção dos bens.

Assim a Ordem Templária seguia reconquistando os territórios sob domínio Islâmico e adquirindo posses por meio de doações da realeza, sendo algumas delas: Santarém em 1147; Ceras em 1159; Tomar e Almourol em 1160.

Foi assim que D. Afonso de Portugal lhes concedeu a de Ceira e toda a região que a rodeava, com a condição de expulsarem os sarracenos que a ocupavam. Eles fizeram-no e aproveitaram para fundar as cidades de Coimbra, Ega e Ródão. (LAMY, 1996, s/p.).

Depois de aproximadamente cinco anos, os Templários receberam os territórios de Monsanto e Idanha e, em 1169, auferiram um terço das terras conquistadas na região sul do rio Tejo. Chegaram ao Castelo de Almourol por volta de 1170, onde fundaram Golegã e Casével.

O surgimento de Portugal e sua permanência como reino cristão foi possível graças à Ordem, ao apoio da igreja e à cooperação dos reis da época da reconquista. Vale salientar que D. Afonso III, em 1271, em seu testamento, declarou a doação de duas mil libras à Ordem do Templo, entendida como maior quantia em dinheiro recebida até aquele momento.

Com inúmeros privilégios, grandes doações e boa administração econômica, os Templários passaram a ser alvo de inveja. À medida que aumentava o círculo de relacionamento dos Templários, intrigas, calúnias e inimizades também surgiam. Esse fato merece atenção, porque houve inclusive a necessidade de intervenção papal no sentido de que seriam excomungados todos os que perseguissem os Templários, cuja Ordem não demorou muito para se expandir e se instalar na Bélgica, Alemanha, Inglaterra, Portugal, Espanha, França, Armênia, Itália, Chipre e na Terra Santa.

No século XIII, os Templários continuavam a receber doações. Por volta de 1213, o conde de Bar doou todas suas posses em Pierrevilliers. No ano de 1255, em Auxerre, Estêvão

Colomb, um cônego vinculado à catedral de Saint-Étienne, doa uma parte do censo<sup>1</sup> que recebia juntamente com outras quatro pessoas no burgo Saint-Amâtre. Em 1284, Miles IX de Noyers doa o que possuía em Vermenton, também na região de Auxerre, à Ordem Templária.

Além das ofertas e privilégios de que usufruíam, os Templários eram ótimos negociantes e não mediam esforços para canalizarem excedentes, objetivando a qualquer custo manter o exército no Oriente, que por sinal ficava muito caro, devido ao poder bélico de seus adversários e seus numerosos exércitos. Nos locais em que permaneciam não havia fome, pois criavam silos que armazenavam cereais. Nos anos em que a produção era alta, revendiam os mantimentos a preço maior e em anos nos quais a colheita era ruim comercializavam a preço acessível.

Os Templários, contudo, não criavam encargos em cima de doações, agiam sempre gerando fontes de renda que lhes proporcionassem saldo positivo. No caso de terceiros que detinham alguns direitos sobre bens ou terras que lhes foram cedidas, davam um jeito de comprá-las para que pudessem usufruir o máximo dessas posses, livres de encargos.

Hugo de Payens, assim como os outros oito cavaleiros, inicialmente idealizaram uma Ordem religioso-militar simples, modesta, no sentido de viverem como pobres cavaleiros mesmo, isso faria parte dos votos religiosos. Mas, as coisas não funcionaram bem assim. Ao longo dos poucos mais de duzentos anos da existência, a Ordem estava longe de corresponder à expressão; *Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão*. Na própria nomenclatura, mesmo nos primeiros anos de vigência, já havia um contraste no que idealizara Hugo de Payens, isto é, os votos de pobreza da Ordem e sua residência no Palácio real.

Segundo Demurger (2010), os Templários não foram banqueiros e muito menos a Ordem do Templo constituiu um banco. Aconteceu que os Templários necessitaram desempenhar atividades financeiras e para executá-las recorreram a certas práticas e aos instrumentos bancários. As operações financeiras eram consequência das guerras e os votos de pobreza eram somente para os indivíduos e não para a ordem enquanto instituição. Não só no Templo, mas nas outras ordens religioso-militares, era comum o depósito de tesouros como joias e outros objetos preciosos, dinheiro e arquivos que eram administrados pelo grão comendador e, só no final do século XIII, tais bens passaram a ser administrados pelo tesoureiro da ordem.

A Ordem do Templo recebia depósito de pessoas ricas que optavam por depositar seus dinheiros e demais objetos de valor pelo fato de a Ordem Templária ser um lugar que

---

<sup>1</sup> Espécie de pensão paga anualmente paga ao senhor pela posse ou arrendamento de terras.

oferecia certa segurança e garantia, tendo em vista que seus castelos eram rodeados por muralhas e guerreiros.

Os Templários realizavam empréstimos com fundos próprios e de terceiros. Em momentos de trégua faziam negócios até mesmo com os rivais muçulmanos que achavam prudente ter algum dinheiro investido com os cristãos na esperança que, em uma eventualidade de ocorrer um pacto ou aliança, findasse a disputa.

Conforme Garten, “os reis da França, Inglaterra e outros países da Europa depositavam seus tesouros e riquezas nas arcas dos Templários e, no que não era incomum ocorrer, pediam até mesmo empréstimos à ordem” (1987, p. 13). Um dos reis que devia aos Templários era Felipe IV, o Belo – rei da França, responsável pela extinção da Ordem Templária, tendo o Papa Clemente V como seu cúmplice.

### **3. A EXTINÇÃO DA ORDEM TEMPLÁRIA E A CRIAÇÃO DA ORDEM DE CRISTO**

Anterior ao Papa Clemente V, o Papa Bonifácio VIII excomungou Felipe, o Belo em 1303, em decorrência de vários conflitos entre os dois. Bonifácio VIII morreu no mesmo ano, e o Papa que o sucedeu morreu em 1305, envenenado. Felipe, o Belo tornou Papa Bertrand de Got e este se tornou o Pontífice Clemente V, fato esse que de alguma maneira explica os vários acordos estabelecidos entre ambos.

A Ordem dos Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão se tornou tão rica e poderosa na Europa, que despertou a atenção e o interesse de Felipe, o Belo, em termos financeiros, causando a sua supressão. Apesar de ter retirado suas tropas de Jerusalém e abandonar o Oriente, após sofrer uma trágica derrota em São João do Acre em 1291 pelas mãos do numeroso exército do Sultão Esseraf, inclusive sofrendo a perda do mestre Templário Guilherme de Beaujeu, que morreu naquele combate com uma flechada no peito, a Ordem continuou muito rica e poderosa no Ocidente, possuidora de grandes quantidades de tesouros e dinheiro em estoque.

Os Templários que estavam no Oriente transferiram seus quartéis-generais para a Ilha de Chipre. Em 1298, Jaques de Molay se torna o último Grão-Mestre que a Ordem do Templo possuiu.

A França mergulhou em uma crise financeira provocada por Felipe IV, o Belo, devido às batalhas travadas com a Inglaterra. Felipe conhecia a fundo o patrimônio da Ordem Templária e chegou a acompanhá-la de perto quando ficou refugiado com sua corte em uma

Torre do Templo em consequência de uma revolta em Paris e pretendia se apoderar dos bens do Templo.

Em 1306, Felipe, o Belo, expulsou os judeus da França, confiscou seus bens e ordenou que alguns deles fossem torturados. Não demorou muito, decretou no dia 13 de Outubro de 1307 a prisão de todos os Templários do reino e posteriormente, em 17 de novembro, o Papa declarou que fossem apreendidos os demais Templários espalhados por toda Europa.

Felipe, o Belo, acusou os Templários de heresia, idolatria, práticas de homossexualismo e blasfêmia, como cuspir na cruz. Sob tortura, alguns templários fizeram algumas poucas confissões, mesmo que não tivessem cometido tais atos contra Deus e a Igreja. Alguns Templários foram condenados e queimados na fogueira a partir de 1310. Mesmo desconfiando da veracidade das acusações contra os Templários, o Papa Clemente V, ao trocar cartas com o rei da França, o qual lhe concedeu a Tríplice coroa, não fazia proibição alguma em relação à abertura de processo contra o Templo.

No Segundo Concílio de Viena, em 1312, a Ordem dos *Pobres Cavaleiros de Cristo e do Templo de Salomão* foi suprimida sem que fosse condenada e seus bens, na teoria, foram repassados à Ordem do Hospital. Em 19 de março de 1314, foram queimados na fogueira mais alguns Templários, entre eles; o último Grão-Mestre Jaques de Molay.

Vejamos agora as últimas palavras de Jaques de Molay depois que jurou a inocência dos Templários frente às acusações as quais fora submetido, antes de morrer. Enquanto queimava vivo, ele disse:

Papa Clemente, cavaleiro Guillaume de Nogaret, Rei Felipe...Convoco-os ao Tribunal dos Céus antes que termine o ano, para que recebam vosso justo castigo. Malditos...Malditos...Malditos...Sereis malditos até treze gerações.... (GARTEN, 1987, p.18).

No mês seguinte do mesmo ano, morre o Papa Clemente V e, em novembro, Felipe, o Belo, e seu ministro Guilherme de Nogaret, que também colaborou no processo de extinção da Ordem, desaparecem durante uma caçada. E assim encerra-se a o ciclo da poderosa Ordem religioso-militar Templária que, segundo alguns especialistas, foi a que mais derramou sangue em nome de Deus.

O rei D. Dinis de Portugal, em 1317, devido ao bom relacionamento com os Templários e a crença de que a Ordem do Templo era inocente, cria a Ordem de Cristo que é reconhecida oficialmente através da bula *Ad eaex quibus* em 1319 como a Ordem de

Cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo. Assim sendo, a ela transferiu todos os bens dos Templários. Esta Ordem contou com alguns ex-Templários e participou de combates contra os mouros durante a conquista de Ceuta e atuou na expansão marítima portuguesa.

D. Dinis não se preocupou somente em resgatar o patrimônio dos Templários, mas estava interessado na experiência deles em navegação, afinal eram conhecedores de rotas marítimas e bons no manuseio de equipamentos como o astrolábio.

## **CONCLUSÃO**

Inicialmente percebemos que o intuito de Hugo de Payens de criar uma Ordem religioso-militar modesta é uma ideia um tanto quanto inocente. Isso fica visível perante a força dos inimigos muçulmanos.

O acúmulo de riquezas da Ordem pode ser justificado pelo poderio dos adversários que também eram ricos e poderosos, ou seja, os fins justificavam os meios. Manter a guerra no Oriente custava extremamente caro e a Igreja por muito tempo fez questão de manter Jerusalém sob seus domínios, pela importância religiosa daquele lugar. A Península Ibérica foi uma grande financiadora de guerras na Terra Santa. A convivência entre os Templários e os portugueses foi muito positiva para ambos os lados. Isso fica nítido quando D. Dinis cria a Ordem de Cristo em 1317.

Diante da extinção da Ordem do Templo, por conta das acusações do rei da França, Felipe, o Belo, percebe-se a força bélica de sua rival, a Inglaterra, e o desespero do rei em conseguir levantar dinheiro para sair da crise financeira provocada pelos conflitos com os ingleses. Este rei foi oportunista ao se aproveitar da derrocada Templária e retirada das tropas do Oriente.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

COSTA, Paula Pinto. Templários no condado portugalense antes do reconhecimento formal da ordem: O caso de Braga no início do séc. XII. Porto 2013. Volume XII, pp. 231-243. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11799.pdf>. Acesso em: 14 set. 2015.

CUESTA, Juan Ignacio. Breve historia de las cruzadas. S.l. Nowtilus, 2009.

DEMURGER, A. Os cavaleiros de Cristo: templários, teutônicos, hospitalários e outras ordens militares na idade média. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

DEMURGER, A. Os Templários: uma cavalaria cristã na idade média. 2ª ed. Rio de Janeiro: Difel, 2010.

FERNANDES, Maria Cristina Ribeiro de Sousa. A Ordem do Templo em Portugal: algumas considerações em torno das fontes para o seu estudo. *Revista da Faculdade de Letras. História*, ISSN 0871164X, N.º. 8, 2007, p. 409-420.

Frale, Bárbara. Os Templários e o pergaminho de Chinon encontrado nos arquivos secretos do Vaticano. Trad. Roberto Carlos Pintucci. São Paulo: Madras, 2005.

GARTEN, Juan de. Os Templários: soberana ordem dos cavaleiros do templo de Jerusalém. São Paulo: Traço, 1987.

LAMY, Michel. Os Templários: esses grandes senhores de mantos brancos: os seus costumes, os seus ritos, os seus segredos. S.l. Notícias, 1996. Disponível em: <http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>. Acesso em: 27 jul. 2015.

MONTE, Marcel Paiva do. Cruzada e Reconquista: as duas faces da conquista de Lisboa em 1147. *Medievalista*, ISSN 11646-740X, n.º. 5. 2008.

PERNOUD, R. **Os Templários**. Lisboa: Europa-América, 1974.

SILVA, Pedro. História e mistérios dos templários. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. Disponível em: <http://minhateca.com.br/action/SearchFiles>. Acesso em: 25 jul. 2015.

Usina de Soluções Tecnologia da Informação: Consultoria e Assessoria em Projetos de Desenvolvimento de Software. História da Família Domingues. Disponível em: <http://www.usinadesolucoes.com.br/domingues.html>. Acesso: em: 10 set. 2015.